

RONEILTON DE OLIVEIRA MUNDOCA

**URV/REAL E DREX: UMA ANÁLISE DA TRANSIÇÃO MONETÁRIA
NO BRASIL (1994-2024)**

MARINGÁ-PR

2025

RONEILTON DE OLIVEIRA MUNDOCA

**URV/REAL E DREX: UMA ANÁLISE DA TRANSIÇÃO MONETÁRIA
NO BRASIL (1994-2024)**

Artigo apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas do Centro Universitário
Cidade Verde (UNICV), como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora:
Prof.^a Ms. Margarete Campos Vieira

MARINGÁ-PR - 2025

URV/REAL E DREX: UMA ANÁLISE DA TRANSIÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL (1994-2024)

RONEILTON DE OLIVEIRA MUNDOCA
MARGARETE CAMPOS VIEIRA

RESUMO

Este artigo apresenta uma comparação entre dois momentos marcantes da transição monetária no Brasil: o Plano Real, implantado em 1994 para conter a hiperinflação, e o Drex, implementado em 2024 como parte do avanço tecnológico no sistema financeiro. Enquanto a URV foi usada como um instrumento de adaptação para estabilizar a moeda, o Drex surge como um passo em direção à digitalização do dinheiro. A pesquisa analisa como essas mudanças aconteceram, quais mecanismos foram utilizados e quais foram seus principais efeitos sobre a forma como o dinheiro é pensado e usado no país. Com base em literatura e documentos existentes, o trabalho destaca como cada transição refletiu os desafios econômicos e as ferramentas disponíveis de sua época. Ao aproximar esses dois períodos, o artigo ajuda a entender a evolução da moeda no Brasil, revelando como ela se transforma para acompanhar as necessidades da sociedade e as inovações tecnológicas. Podemos ver como cada transição alcançou seu objetivo: o Real trouxe estabilidade e o Drex nos conecta ao futuro digital. Por fim, o estudo mostra um Brasil sempre pronto para aprender e se adaptar aos desafios monetários de cada era.

Palavras-chave: URV; Real; Drex; Transição Monetária; Moeda Digital.

ABSTRACT

This article presents a comparative analysis of two pivotal moments in Brazil's monetary transition: the implementation of the Real Plan in 1994, aimed at curbing hyperinflation, and the introduction of Drex in 2024, part of the country's push toward digital innovation in the financial system. While the URV served as a transitional instrument to stabilize the currency, Drex represents a shift toward the digitization of money. The study examines the mechanisms, historical contexts, and economic effects of both transitions, highlighting how each responded to the challenges of its time using the tools available. Drawing on academic literature and official documents, the article reveals how these transformations reshaped the Brazilian monetary landscape, reflecting broader changes in society and technology. The findings underscore the Real's success in achieving price stability and Drex's role in integrating Brazil into the digital financial era, illustrating the country's ongoing capacity to evolve and adapt to new monetary paradigms.

Keywords: URV; Real; Drex; Monetary Transition; Digital Currency.

1 INTRODUÇÃO

A moeda, em sua essência, é uma invenção humana fundamental para a vida em sociedade. Serve para facilitar trocas, medir o valor das coisas e nos permitir guardar riquezas. No entanto, sua forma e como a usamos estão sempre mudando. Desde pioneiros como Richard Cantillon e Adam Smith, que compreenderam seu papel no comércio e os riscos de sua desvalorização, passando por Irving Fisher, focado em manter estável seu poder de compra, até John Maynard Keynes, que a viu como ferramenta essencial de gestão econômica, economistas sempre souberam que ter uma moeda funcional e confiável é vital para a estabilidade e o desenvolvimento econômico. Mas, para manter essa funcionalidade, sistemas monetários precisam, de tempos em tempos, passar por transições.

O Brasil conhece bem essas transições. Nossa história monetária é marcada por várias trocas de moeda, desde os primeiros Reis até o Cruzeiro em suas diferentes versões e o Cruzado. Essas foram transições ditadas por diferentes necessidades econômicas e políticas ao longo dos séculos. Porém, nenhuma foi tão dramática quanto a necessidade que surgiu no final do século XX. O país mergulhou em uma hiperinflação avassaladora que fez o dinheiro perder completamente o valor em questão de horas ou dias. A moeda perdeu seu sentido, o comércio foi gravemente comprometido, e a qualidade de vida foi severamente comprometida para a população. A transição monetária em 1994, com o Plano Real, não foi uma escolha, foi uma necessidade desesperadora para resgatar o Brasil desse colapso.

O Plano Real foi um divisor de águas. Usando a Unidade Real de Valor (URV) como uma referência de valor estável antes de lançar a nova moeda física o Real, o plano conseguiu o que parecia impossível: acabar com a hiperinflação e devolver o valor ao dinheiro. Trinta anos depois, com o Real consolidado como moeda estável, o Brasil enfrenta uma transição, impulsionada agora pela tecnologia digital. A pandemia de COVID-19 acelerou uma tendência global: a digitalização dos meios de pagamento. Esse processo evidenciou tanto os benefícios das transações digitais quanto as vulnerabilidades do dinheiro físico.

Nesse cenário de avanço digital e novas demandas pós-pandemia, surge o Projeto DREX. O DREX é a iniciativa brasileira para criar uma versão digital oficial do

Real. Sua "necessidade" hoje não vem da inflação, mas da busca por modernizar o sistema financeiro, torná-lo mais eficiente, seguro e capaz de inovar, se adaptando a um mundo cada vez mais online e preparado para desafios futuros.

Este trabalho vai analisar justamente essas duas grandes transições monetárias recentes do Brasil: a do URV/Real em 1994 nascida de uma crise e focada na estabilização da moeda física e a do Projeto DREX a partir de 2020 impulsionada pela digitalização e pelas lições da pandemia, focada na evolução da moeda para o ambiente digital.

A comparação entre esses momentos distintos permite entender a jornada da moeda brasileira e refletir sobre como o país respondeu a grandes transformações econômicas, do caos inflacionário do passado às possibilidades digitais do futuro. Nosso objetivo é explorar os motivos, os mecanismos e os impactos dessas transições para entender a evolução do dinheiro no Brasil.

2 TRANSIÇÃO MONETÁRIA: CONCEITO E TEORIAS

A transição monetária pode ser compreendida como a alteração estrutural de um regime monetário vigente, seja pela substituição da moeda nacional, pela mudança de um regime cambial ou pela adoção de inovações tecnológicas no sistema financeiro. Essas mudanças costumam ser impulsionadas por crises econômicas, mudanças institucionais ou transformações no ambiente internacional.

De acordo com Eichengreen (2008), as transições monetárias não apenas refletem mudanças no controle da política monetária, mas também configuram novos contratos sociais entre o Estado e seus cidadãos. “A moeda é uma instituição que representa confiança. Quando ela se quebra, é necessário reconstruí-la por meio de um novo marco monetário” (Eichengreen, 2008, p. 44). Essa visão destaca que mudanças na moeda são, antes de tudo, decisões de caráter político-institucional com implicações econômicas profundas.

Historicamente, a adoção de uma nova moeda ou regime monetário foi utilizada para conter hiperinflações, restaurar a credibilidade da política econômica ou facilitar a integração com blocos econômicos. Em muitos casos, como demonstrado por Bordo e Kydland (1995), “a âncora nominal proporcionada por um novo regime monetário

permite que as expectativas inflacionárias sejam reordenadas, abrindo espaço para a recuperação da estabilidade macroeconômica” (Bordo & Kydland, 1995, p. 383).

A história das transições monetárias é marcada por momentos decisivos em que os modelos anteriores de gestão da moeda foram substituídos por novas estruturas, motivadas por choques econômicos, transformações políticas ou avanços tecnológicos. Desde o abandono do padrão-ouro até o surgimento das moedas digitais, essas mudanças refletem tanto as limitações dos sistemas vigentes quanto as demandas de um contexto econômico em constante evolução. A seguir, apresenta-se uma tabela que sintetiza os principais marcos históricos das transições monetárias globais e nacionais, destacando seus contextos, características e os autores que melhor os interpretaram.

Marcos Teóricos e Históricos da Transição Monetária (séc. XX e XXI)

Período / Evento	Autor / Obra	Citação / Conceito-Chave	Impacto Institucional / Econômico
Pós-Primeira Guerra Mundial	Keynes (1930)	“O ouro perdeu sua autoridade como âncora monetária [...]” (KEYNES, 1930, vol. II, p. 156).	Abandono do padrão-ouro; liberdade dos governos para manipular a oferta monetária.
Sistema de Bretton Woods (1944–1971)	Eichengreen (1996); Helleiner (1994)	Dólar americano como âncora monetária lastreada em ouro.	Estabilidade cambial no pós-guerra; centralidade do dólar (EICHENGREEN, 1996).
Nixon Shock (1971)	Bernanke (2004)	“A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro marcou o fim de uma era [...]” (BERNANKE, 2004, p. 211).	Início da era fiduciária; foco na credibilidade dos bancos centrais.
Crise da Alemanha (1923) e Bolívia (1980s)	Friedman (1968)	“A inflação é sempre e em todo lugar um fenômeno monetário [...]” (FRIEDMAN, 1968, p. 8).	Reformas ancoradas em regras monetárias rígidas; combate à hiperinflação.
Nova Teoria Clássica (1977)	Kydland & Prescott (1977)	“A credibilidade da política monetária depende da adoção de regras estáveis [...]” (KYDLAND;	Fundamentação para reformas como o Plano Real e a dolarização equatoriana.

		PRESCOTT, 1977, p. 474).	
Início do séc. XXI: Avanço digital	Tapscott & Tapscott (2016); Narula (2020)	Uso crescente de blockchain e tecnologias financeiras digitais.	Popularização das fintechs e do debate sobre moedas digitais estatais e privadas (TAPSCOTT; TAPSCOTT, 2016).
Criação do Bitcoin (2008)	Prasad (2021); Nakamoto (2008)	“Rompeu paradigmas ao introduzir uma moeda sem autoridade central [...]” (PRASAD, 2021).	Surgimento das criptomoedas; descentralização monetária.
Estudos sobre CBDCs	Prasad (2021); BIS (2020)	“Têm o potencial de redefinir a política monetária [...]” (PRASAD, 2021, p. 35).	Resposta estatal à digitalização; inclusão financeira e reforço da soberania monetária.
Desafios das CBDCs (infraestrutura e regulação)	Prasad (2021); Auer & Böhme (2020)	“Demanda redesenho institucional profundo [...]” (PRASAD, 2021, p. 108).	Necessidade de reformas regulatórias e institucionais; impacto sobre bancos tradicionais.
Regulação monetária digital	Friedman (1999); Bordo & Levin (2017)	“Regras claras de emissão e controle monetário [...]” (FRIEDMAN, 1999).	Importância de estruturas transparentes e regras rígidas para evitar uso político da moeda.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Como mostrado na tabela, as transições monetárias ao longo da história envolvem mudanças significativas nas estruturas econômicas e políticas. Cada fase, desde o abandono do padrão-ouro até o surgimento das moedas digitais, reflete a adaptação dos sistemas financeiros às necessidades de cada época.

A transição monetária, como fenômeno político-econômico, exige a construção de consenso institucional e apoio da população. Conforme apontado por Helleiner (2003), “nenhuma mudança no regime monetário é sustentável sem legitimidade política. A moeda é uma construção social, e sua aceitação requer confiança, estabilidade e reconhecimento” (Helleiner, 2003, p. 26). Dessa forma, seja a adoção de moedas digitais, seja a substituição de uma moeda física, o sucesso da transição monetária depende de fatores como estabilidade macroeconômica, solidez das instituições e clareza na comunicação das autoridades. A experiência histórica

demonstra que a simples mudança da moeda não é suficiente: ela deve ser acompanhada por reformas estruturais, gestão fiscal responsável e mecanismos transparentes de governança.

2.1 URV E O Plano Real: A Transição Monetária Brasileira De 1994

A transição monetária que culminou na criação do real (R\$) em 1994 representou uma das mais relevantes reformas econômicas da história brasileira. Essa transformação foi precedida pela introdução da Unidade Real de Valor (URV), que atuou como uma ponte entre a hiperinflação e a estabilização. O período compreendido entre março e julho de 1994 foi essencial para a consolidação de uma nova cultura monetária no país. Este capítulo trata, de forma exclusivamente histórica, dos fatos que marcaram essa mudança, fundamentando-se em dados oficiais e fontes primárias.

Nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil enfrentava sucessivos fracassos em suas tentativas de estabilização econômica. A inflação acumulada, que superava os quatro dígitos anuais, corroía salários e desorganizava os mercados. O fracasso de planos como o Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I e II (1990 e 1991) evidenciou a dificuldade do Estado em controlar a inflação estrutural e inercial da economia brasileira. Segundo o IBGE (2023), a inflação medida pelo IPCA em 1993 foi de impressionantes 2.477,15%, uma das mais altas já registradas em economias fora de contextos de guerra. A moeda vigente até 1993 era o cruzeiro (Cr\$), que foi substituído em 1º de agosto de 1993 pelo cruzeiro real (CR\$), com a conversão de 1.000 Cr\$ para 1 CR\$. Essa troca visava facilitar os cálculos monetários, mas não atacava as causas da inflação.

Com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda em maio de 1993, formou-se uma equipe técnica liderada por economistas como Gustavo Franco, Edmar Bacha, André Lara Resende, Pedro Malan e Persio Arida, os chamados “pais do Real”. Essa equipe propôs uma abordagem inédita: uma transição monetária gradual, baseada em uma unidade de conta estável a Unidade Real de Valor (URV). Inspirada parcialmente no modelo da indexação chilena, a URV serviria como âncora nominal para os preços e contratos, sem substituir de imediato a moeda em circulação. A URV foi instituída pela Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro

de 1994, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, e passou a vigorar a partir de 1º de março de 1994. Seu valor inicial foi fixado em CR\$ 647,50, que correspondia à cotação do dólar americano naquele momento. “A URV era uma moeda virtual, que não circulava fisicamente, mas era utilizada como unidade de conta, com valor estável. Enquanto isso, os preços continuavam a ser pagos em cruzeiros reais, sujeitos à inflação.” (FRANCO, 2005, p. 114).

Durante o período de vigência da URV (março a junho de 1994), o governo determinou a sua utilização para indexar salários, contratos de aluguel, tributos, tarifas públicas e preços em geral. Os estabelecimentos comerciais foram obrigados a exibir os preços em CR\$ e em URV, o que passou a disciplinar a expectativa inflacionária e a educar os agentes econômicos sobre o novo padrão. “A URV cumpriu papel pedagógico fundamental: permitiu que a sociedade assimilasse a ideia de uma moeda estável antes mesmo de sua adoção oficial.” (BACHA, 1995, p. 29). Nesse período, a cotação da URV era atualizada diariamente com base na média do valor do dólar e no índice geral de preços. A estratégia era desindexar a economia sem ruptura, estabelecendo um referencial confiável para a transição.

A consolidação do plano se deu em 1º de julho de 1994, com a criação do real como moeda oficial brasileira, convertendo-se a URV em reais na paridade de 1 URV = R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00. A nova moeda passou a circular fisicamente, com cédulas emitidas pelo Banco Central nas denominações de R\$ 1, R\$ 5, R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, e moedas metálicas em valores menores.

A criação do real foi regulamentada pela Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que também tratava das regras de emissão, circulação e política monetária associada ao novo padrão. “A adoção do real marcou o fim de uma longa era de instabilidade monetária no Brasil, com forte apoio político, técnico e social.” (GIAMBIAGI; ALMEIDA, 2011, p. 193).

Abaixo uma tabela com os principais indicadores econômicos do período, de forma puramente descritiva:

Principais Indicadores Econômicos 1993 (CR\$) -1994 (URV/R\$)

Indicador Econômico	1993 (CR\$)	1994 (URV/R\$)
Inflação (IPCA - acumulada)	2.477,15%	916,46%
Salário mínimo nominal	CR\$ 13.200,00	R\$ 70,00 (Jul/94)
PIB – variação real	+4,9%	+5,9%
Reservas internacionais	US\$ 20 bilhões	US\$ 38 bilhões
Taxa de câmbio	1 US\$ ≈ CR\$ 2.000	1 US\$ ≈ R\$ 0,90

Fonte: IBGE; MTE; Banco Central do Brasil (BACEN).

Esses números mostram uma mudança significativa no padrão monetário e macroeconômico, indicando o sucesso inicial da reforma monetária conduzida a partir da URV.

Abaixo, apresenta-se a linha do tempo dos principais eventos históricos:

- Agosto de 1993: Substituição do cruzeiro pelo cruzeiro real (CR\$).
- 27 de fevereiro de 1994: Publicação da MP 434, instituindo a URV.
- 1º de março de 1994: Início do uso da URV como unidade de conta.
- 27 de maio de 1994: Conversão da MP em Lei nº 8.880/94.
- 1º de julho de 1994: Conversão da URV para o real (R\$) e início da circulação das novas cédulas.
- 29 de junho de 1995: Sanção da Lei nº 9.069, consolidando juridicamente o Plano Real.

2.2 DREX: contexto, estrutura e implementação de (2020-2024)

A evolução tecnológica e as mudanças nos hábitos de consumo têm impulsionado a transformação dos sistemas financeiros globais. Nesse cenário, as

Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDCs) emergem como uma resposta dos Estados à crescente digitalização da economia. A teoria monetária contemporânea reconhece a importância da confiança e da eficiência nos meios de pagamento. Segundo Mishkin (2017), "a credibilidade das instituições emissoras é fundamental para a aceitação de qualquer forma de moeda". Nesse contexto, as CBDCs representam uma extensão da soberania monetária dos Estados no ambiente digital. Além disso, a teoria dos contratos inteligentes, baseada na lógica condicional de execução automática, é essencial para compreender as funcionalidades avançadas das moedas digitais. Szabo (1997) introduziu o conceito de contratos inteligentes como "protocolos de transação com os termos do contrato embutidos em código de computador", permitindo a automação de processos contratuais.

O Brasil, alinhado a essa tendência, desenvolveu o Drex, anteriormente conhecido como Real Digital, com o objetivo de modernizar o sistema financeiro nacional e promover a inclusão financeira.

O Drex é a moeda digital do Banco Central do Brasil (BCB), também conhecida como Real Digital. É uma plataforma que permite transações financeiras seguras com ativos digitais e contratos inteligentes, utilizando tecnologia de registro distribuído (Distributed Ledger Technology – DLT). A plataforma Drex, ao contrário das criptomoedas, é emitida e regulada pelo BCB.

A estrutura do Drex é composta por três camadas principais:

1. Emissão e Distribuição: Realizada exclusivamente pelo BCB, que entrega o Drex aos bancos e instituições autorizadas.
2. Conversão e Intermediação: Os bancos oferecem o Drex aos clientes por meio de carteiras digitais.
3. Negociação e Programabilidade: Permite contratos inteligentes, transferências instantâneas e integração com outras soluções financeiras, como o sistema Pix.

Segundo o BCB, "o Drex permitirá a tokenização de ativos e a criação de contratos inteligentes, possibilitando transações automatizadas e seguras no ecossistema financeiro brasileiro" (Banco Central do Brasil, 2023). A implementação do Drex ocorreu em um ambiente de profundas transformações econômicas,

agravadas pelos efeitos da pandemia de Covid-19 e pela necessidade de modernização do sistema financeiro. Os dados dos principais indicadores econômicos entre 2020 e 2024 ajudam a entender o cenário que motivou o BCB a avançar com a proposta de uma moeda digital oficial.

Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB brasileiro registrou oscilações significativas no período:

- 2020: Contração de -3,3% devido à pandemia.
- 2021: Crescimento de 5,0% com a retomada econômica.
- 2022: Crescimento de 2,9%.
- 2023: Crescimento de 2,9%.
- 2024: Crescimento de 3,4% (Banco Central do Brasil, 2024).

Inflação (IPCA)

A inflação também teve um papel central no cenário econômico recente:

- 2020: 4,52%.
- 2021: 10,06%.
- 2022: 5,79%.
- 2023: 4,62%.
- 2024: 4,83% (Banco Central do Brasil, 2024).

Taxa Selic

A taxa básica de juros do Brasil variou significativamente:

- 2020: 2,00% (mínima histórica).
- 2021: 9,25%.
- 2022: 13,75%.

- 2023: 13,75%.
- 2024 (abril): 10,75% (Banco Central do Brasil, 2024).

Dívida Pública Bruta

A dívida pública bruta em relação ao PIB também influenciou decisões sobre modernização fiscal e digital:

- 2020: 88,7% do PIB.
- 2021: 80,3%.
- 2022: 73,5%.
- 2023: 75,7%.
- 2024 (março): 76,0% do PIB (Tesouro Nacional, 2024).

2.3 inclusões financeira e acesso digital

Nos últimos anos, a digitalização financeira ganhou impulso com a criação do Pix e o avanço do Open Finance. Esses instrumentos ampliaram o número de brasileiros com acesso a serviços financeiros:

- Contas bancárias ativas: Passaram de 180 milhões (2020) para 218 milhões (2023) (Febraban, 2024).
- Transações via Pix em 2023: R\$ 17 trilhões (Banco Central do Brasil, 2024).
- Instituições participantes do Open Finance: Mais de 800 até 2024 (Banco Central do Brasil, 2024).

O Drex permitirá a realização de transações financeiras mais seguras e ágeis, incluindo a execução de contratos inteligentes. Além disso, o Drex poderá ser utilizado em operações complexas, como a execução de contratos inteligentes, que automatizam processos baseados em condições previamente estabelecidas. Essa funcionalidade promete simplificar negociações e ampliar a eficiência de serviços financeiros (Contábeis, 2024). Nesse contexto, introdução do Drex representa um

marco na modernização do sistema financeiro brasileiro, alinhando-se às tendências globais de digitalização da economia. Sua implementação visa não apenas a eficiência nas transações financeiras, mas também a promoção da inclusão financeira e a redução das desigualdades econômicas. Apesar do avanço, o sucesso do Drex dependerá de fatores como confiança do usuário, educação digital e regulação eficiente.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem metodológica quantitativa, qualitativa e comparativa, com o objetivo de compreender os processos de transição monetária no Brasil em dois momentos históricos distintos: o Plano Real (1994) e o Drex (2020–2024). A pesquisa está estruturada em três eixos principais: o contexto macroeconômico, os instrumentos de política monetária adotados e os impactos institucionais e tecnológicos das transições analisadas.

A natureza da investigação é exploratória e descritiva, conforme a classificação proposta por Gil (2010), buscando reconstituir eventos históricos relevantes e examinar as transformações nas estruturas monetárias brasileiras. Para tanto, adotou-se um método predominantemente documental e bibliográfico, fundamentado na análise de fontes primárias como leis, medidas provisórias, comunicados do Banco Central, relatórios técnicos e boletins Focus e fontes secundárias como artigos acadêmicos, livros especializados e bases de dados públicas (IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil).

Complementarmente, foi empregada a estratégia comparativa, com base nos critérios metodológicos de Sartori (1994), que permite estabelecer semelhanças e contrastes entre os dois processos históricos de transição monetária. A análise do Plano Real concentra-se no papel institucional da URV como âncora nominal contra a hiperinflação, enquanto a análise do Drex destaca sua função como inovação digital baseada em tecnologia de registro distribuído (DLT), com ênfase na digitalização da moeda, na implementação de contratos inteligentes e na promoção da inclusão financeira. Além disso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), para examinar discursos oficiais, marcos legais e documentos institucionais relacionados a cada período. Essa abordagem possibilitou

a identificação de categorias analíticas recorrentes que nortearam a análise: confiança institucional, estabilidade monetária, inovação tecnológica e soberania econômica.

A seguir, apresenta-se um quadro-resumo da metodologia utilizada, com os principais eixos de análise, métodos aplicados, fontes consultadas e objetivos de cada abordagem.

Tabela 1 Síntese da Metodologia Aplicada

Eixo de Análise	Método Utilizado	Fonte Principal	Objetivo
Transições monetárias URV/Real e Drex	Comparativo e histórico	Sartori (1994); fontes documentais e bibliográficas	Estabelecer semelhanças e contrastes entre os dois processos de transição monetária
Contexto macroeconômico	Quantitativo e descritivo	IBGE; BACEN; Tesouro Nacional	Analisar variações de indicadores como inflação, PIB, câmbio e dívida pública
Política monetária e institucional	Documental e bibliográfico	Leis, MPs, relatórios técnicos; obras de Franco (2005), Bacha (1995), Prasad (2021)	Examinar o papel das autoridades econômicas e instrumentos utilizados nos dois períodos
Tecnologia e inovação financeira	Qualitativo e exploratório	BCB (2023) Prasad (2021) Mishkin (2017)	Compreender o impacto da digitalização e do Drex na estrutura financeira e na inclusão social
Análise conceitual e discursiva	Análise de conteúdo (Bardin, 2016)	Discursos oficiais, leis e publicações institucionais	Identificar categorias analíticas como confiança, estabilidade, soberania e inovação tecnológica

Dessa forma, a metodologia adotada busca oferecer uma leitura crítica e fundamentada das transições monetárias brasileiras, considerando não apenas os

aspectos econômicos mensuráveis, mas também os elementos simbólicos, institucionais e tecnológicos que moldam a relação da sociedade com a moeda.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 a necessidade histórica da transição monetária

A história econômica brasileira é marcada por ciclos recorrentes de instabilidade monetária, sendo a década de 1980 e o início da de 1990 um dos períodos mais críticos. A hiperinflação, que ultrapassava os 2.000% ao ano, desorganizava os preços relativos, corroía salários e inviabilizava o planejamento econômico. Nesse contexto, a criação da Unidade Real de Valor (URV) em 1994 representou uma resposta institucional estruturada à falência dos mecanismos tradicionais de controle da inflação, como os planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

Do mesmo modo, a criação do Drex, entre 2020 e 2024, surge como resposta a uma nova conjuntura: a digitalização da economia, a necessidade de modernização dos meios de pagamento e os desafios da inclusão financeira. Se a URV enfrentava a inflação inercial, o Drex busca enfrentar a “exclusão monetária digital” e os riscos de fragmentação financeira em um mundo cada vez mais tokenizado. Assim, ambas as transições monetárias são justificadas por rupturas históricas, uma causada por crises inflacionárias e outra por inovações tecnológicas disruptivas. Em ambos os casos, o Estado recorre à reinvenção institucional da moeda como instrumento de estabilização e soberania.

4.2 Análise comparativa dos objetos: URV/real versus DREX

A URV foi concebida como âncora nominal de estabilização uma moeda virtual usada como unidade de conta para reconduzir os preços à racionalidade. Sua função era pedagógica e transicional. Já o Drex é concebido como moeda digital soberana, com função de plataforma financeira programável, capaz de integrar contratos inteligentes, ativos tokenizados e serviços financeiros diversos. “A URV cumpriu papel pedagógico fundamental: permitiu que a sociedade assimilasse a ideia de uma moeda estável antes mesmo de sua adoção oficial” (BACHA, 1995, p. 29). “O Drex permitirá a tokenização de ativos e a criação de contratos inteligentes, possibilitando transações

automatizadas e seguras” (BCB, 2023). A URV operava por indexação cambial e estatística, tendo como base a cotação do dólar e o índice de preços. Já o Drex é baseado em tecnologia de registro distribuído (DLT), integrando funcionalidades como rastreabilidade, interoperabilidade e segurança criptográfica. A URV buscava desindexar a economia sem ruptura, enquanto o Drex objetiva reprogramar a economia em ambiente digital.

4.3 Resultados macroeconômicos

A análise dos resultados macroeconômicos do Brasil durante os períodos do Plano Real (URV/Real) e do Drex revela contrastes marcantes nas abordagens adotadas para estabilizar a economia e nos resultados obtidos. A seguir, apresenta-se uma tabela com os principais indicadores macroeconômicos dos dois contextos:

Tabela 2: Dados Macroeconômicos URV/Real - DREX

Indicador	URV/Real (1993–1994)	Drex (2020–2024)
Inflação (IPCA)	2.477,15% (1993) 916,46% (1994)	4,52% (2020) 4,83% (2024)
Crescimento do PIB	+4,9% (1993) +5,9% (1994)	-3,3% (2020) +3,4% (2024)
Taxa de câmbio	CR\$ 2.000 R\$ 0,90 (1994)	Estável: ≈ R\$ 5,50/USD
Dívida Pública	Reduzida via reservas e superávits	88,7% (2020) 76% do PIB (2024)
Inovação tecnológica	Indexação estática (URV)	Blockchain/DLT Pix/Finanças Abertas

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), IBGE, Tesouro Nacional.

Esses números demonstram não apenas os efeitos imediatos das medidas adotadas, mas também a diferença na natureza das intervenções entre os dois períodos. A transição monetária de 1993-1994, com o Plano Real, foi uma resposta imediata à hiperinflação, enquanto a implementação do Drex, iniciada em 2020, surge

em um cenário mais estrutural e digital, focando na eficiência financeira e inclusão digital.

Inflação (IPCA)

- **URV/Real:** A inflação no Brasil, que atingia 2.477,15% em 1993, caiu drasticamente para 916,46% em 1994. A transição da URV para o Real representou uma verdadeira ruptura com a espiral inflacionária que dominava a economia brasileira desde a década de 1980. O controle da inflação foi alcançado por meio de uma série de medidas fiscais rigorosas, congelamento de preços e salários, e a criação de uma nova unidade de conta, a URV, que ajudou a fazer a transição para o novo real. Esse movimento foi a chave para restaurar a confiança na economia brasileira.

- **Drex:** Desde sua introdução, a inflação no Brasil tem sido moderada. De 4,52% em 2020, a taxa subiu para 4,83% em 2024. Reflexo de um ambiente econômico que tem enfrentado desafios globais, como a pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia e crises econômicas internas. Embora o Drex tenha sido fundamental para a transição para um sistema financeiro digital, sua efetividade no controle inflacionário foi mais indireta, através de sua contribuição para a modernização das políticas monetárias e ampliação da base de consumidores digitais.

Crescimento do PIB

- **URV/Real:** O crescimento do PIB foi notavelmente positivo durante esse período, com um aumento de +4,9% em 1993 para +5,9% em 1994. O controle da inflação teve um impacto imediato sobre a confiança do consumidor e dos investidores, impulsionando o crescimento econômico. O sucesso do Real foi diretamente relacionado a um ambiente de estabilidade que permitiu o aumento da produção e do consumo, fatores que são essenciais para o crescimento do PIB.

- **Drex:** Em contraste, o início da implementação do Drex coincidiu com uma recessão global provocada pela pandemia de COVID-19. Em 2020, o PIB brasileiro contraiu-se em -3,3%. No entanto, o Brasil mostra sinais de recuperação, com um crescimento de +3,4% em 2024. A implementação do Drex e as reformas digitais têm potencial para acelerar a recuperação econômica no longo prazo, ao criar

um ambiente mais eficiente e inclusivo, estimulando novos setores de inovação, como fintechs e pagamentos digitais.

Taxa de Câmbio

- **URV/Real:** A transição do cruzeiro real (CR\$) para o real (R\$) foi acompanhada de uma reavaliação da taxa de câmbio, com a nova moeda iniciando sua circulação a uma taxa de R\$ 0,90 por US\$. A taxa foi inicialmente fixa e o processo de conversão da moeda contribuiu para a estabilização da economia brasileira, ao oferecer uma nova âncora para os preços internos e externos. Esse movimento foi crucial para restaurar a confiança no sistema monetário brasileiro.
- **Drex:** A taxa de câmbio do Brasil tem se mantido relativamente estável, com o real flutuando em torno de R\$ 5,50 por US\$. Embora a taxa de câmbio flutuante permita uma adaptação às condições de mercado, a estabilidade do real não está mais atrelada a uma política de conversão direta. Em vez disso, o Drex permite uma abordagem mais flexível, que pode ser menos vulnerável a choques externos, ao mesmo tempo em que facilita transações internacionais através da tecnologia blockchain.

Dívida Pública

- **URV/Real:** Durante a implementação do Plano Real, o governo brasileiro foi capaz de reduzir a dívida pública de forma significativa, utilizando reservas cambiais e gerando superávits fiscais. Isso permitiu a recuperação das finanças públicas, que estavam fragilizadas pela hiperinflação. A estabilização econômica foi essencial para garantir o controle fiscal e evitar o aumento descontrolado da dívida.
- **Drex:** A dívida pública brasileira passou por um período de aumento devido a crises externas e ao impacto da pandemia. Em 2020, a relação dívida/PIB estava em 88,7%, já em 2024 76,1%. A implementação do Drex não teve um impacto direto sobre a dívida pública, mas pode contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, com maior transparência e rastreabilidade, graças à utilização de tecnologias como blockchain. Isso pode, eventualmente, ajudar na redução da dívida no longo prazo, ao melhorar a eficiência fiscal e a arrecadação.

Inovação Tecnológica

- **URV/Real:** O Plano Real não foi especificamente voltado para inovação tecnológica, mas sua introdução ajudou a criar um ambiente de estabilidade que possibilitou o crescimento de diversas áreas da economia, incluindo a inovação. A indexação monetária da URV representou uma abordagem pragmática e fundamental para a transição monetária, mas foi um modelo estático que não antevia as revoluções tecnológicas que viriam a seguir.
- **Drex:** A inovação tecnológica tem sido o núcleo da transformação provocada pelo Drex. O uso de blockchain e Distributed Ledger Technology (DLT), além de ferramentas como o Pix e as finanças abertas, transformaram a forma como o Brasil realiza transações financeiras. Essas tecnologias têm um impacto profundo na inclusão financeira, tornando os serviços bancários mais acessíveis e seguros para uma maior parte da população. O Drex representa uma mudança estrutural de longo prazo, facilitando a adaptação ao futuro digital da economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da moeda brasileira reflete, mais do que simples trocas de cédulas e símbolos monetários, profundas transformações institucionais, econômicas e sociais. Este trabalho teve como objetivo analisar, de forma comparativa, dois momentos decisivos de transição monetária no Brasil: O Plano Real, com a introdução da URV em 1994, e o Projeto Drex, em fase de implementação entre 2020 e 2024. Em ambos os casos, a moeda cumpriu um papel estratégico como instrumento de reorganização econômica, estabilização institucional e resposta a contextos históricos disruptivos, no primeiro caso, o desafio era a hiperinflação; no segundo, a transformação digital.

A análise permitiu identificar que, embora diferentes em seus gatilhos, ambos os processos compartilham uma característica comum: a necessidade de restaurar ou redefinir a confiança na moeda. No Plano Real, a URV foi utilizada como âncora nominal transitória, permitindo uma transição segura da economia inflacionária para um ambiente de estabilidade monetária. Já o Drex representa um avanço qualitativo

em direção à digitalização do sistema financeiro, com implicações diretas para a política monetária, a inclusão financeira e a governança econômica.

Os resultados mostram que o Plano Real foi bem-sucedido em conter a hiperinflação e estabelecer um novo paradigma monetário, ainda vigente. Já o Drex, embora ainda em fase de testes e implementação, demonstra potencial transformador ao integrar tecnologias como DLT e contratos inteligentes ao núcleo da política monetária. Além de modernizar os meios de pagamento, o Drex poderá redefinir os canais de transmissão da política monetária, ampliar o acesso a serviços financeiros e reduzir desigualdades estruturais.

Do ponto de vista institucional, a comparação entre os dois períodos também revela um amadurecimento das políticas públicas brasileiras. Enquanto o Plano Real dependeu fortemente de lideranças técnicas e políticas em um momento de crise, o Drex surge como uma iniciativa proativa, fruto de planejamento, testes e consultas públicas, evidenciando maior capacidade institucional do Estado brasileiro em lidar com transformações estruturais.

Contudo, os desafios permanecem. A digitalização da moeda exige não apenas infraestrutura tecnológica robusta, mas também atenção a questões como privacidade, segurança de dados, proteção do consumidor e alfabetização digital. A aceitação social e política do Drex dependerá da sua capacidade de gerar benefícios concretos para a população, sem aumentar as assimetrias de poder ou exclusão tecnológica.

Conclui-se, portanto, que a moeda no Brasil continua sendo não apenas um instrumento técnico, mas um reflexo das transformações institucionais e sociais em curso. O estudo das transições URV/Real e Drex revela um contínuo de aprendizado e adaptação do Estado brasileiro às exigências de cada época. Se a URV testou a capacidade do país de restaurar a confiança em meio ao colapso, o Drex testará sua capacidade de inovar com legitimidade e inclusão em uma era de crescente complexidade digital. O Drex, assim, representa não apenas uma nova forma de dinheiro, mas um marco simbólico na construção de uma soberania monetária digital no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, E. Plano Real: Uma Avaliação Crítica. São Paulo: Editora 34, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Projeto Drex: Diretrizes e Implementação. Brasília: BACEN, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de Inflação. Brasília: BACEN, 2024.

BERNANKE, B. Essays on the Great Depression. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BORDO, M. D.; KYDLAND, F. E. The Gold Standard as a Rule. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, v. 43, p. 383-412, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. Institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Dispõe sobre o Plano Real, a política monetária e cambial, e estabelece medidas para o equilíbrio das finanças públicas. Diário Oficial da União, Brasília, 1995.

CONTÁBEIS. Contratos Inteligentes e o Futuro das Finanças. Disponível em: www.contabeis.com.br. Acesso em: 15 abr. 2024.

EICHENGREEN, B. Globalizing Capital: A History of the International Monetary System. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.

FEBRABAN. Relatório de Inclusão Financeira no Brasil. Disponível em: www.febraban.org.br. Acesso em: 15 abr. 2024.

FRANCO, G. O Plano Real e Outros Ensaio. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2005.

FRIEDMAN, M. The Optimum Quantity of Money and Other Essays. Chicago: Aldine, 1999.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. American Economic Review, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, M. H. T. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010). 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HELLEINER, E. The Making of National Money: Territorial Currencies in Historical Perspective. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries Históricas: IPCA e PIB. Brasília: IBGE, 2023.

KEYNES, J. M. A Treatise on Money. Londres: Macmillan, 1930.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 3, p. 473-492, 1977.

MISHKIN, F. S. The Economics of Money, Banking, and Financial Markets. 11. ed. Nova York: Pearson, 2017.

PRASAD, E. The Future of Money: How the Digital Revolution Is Transforming Currencies and Finance. Cambridge: Harvard University Press, 2021.

SARTORI, G. Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes. Nova York: New York University Press, 1994.

SZABO, N. Formalizing and Securing Relationships on Public Networks. *First Monday*, v. 2, n. 9, 1997.

TESOURO NACIONAL. Relatório da Dívida Pública Federal. Brasília: Tesouro Nacional, 2024.